

dia útil do mês subsequente ao fornecimento de refeições e lanches prontos, bem como encaminhados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao fornecimento da alimentação (refeições e lanches prontos), de acordo com modelo a ser fornecido pelo representante da Administração.

6.3. A CONTRATADA deverá especificar nas Notas Fiscais o valor correspondente ao número de refeições/lanches efetivamente fornecidos no mês de referência.

6.4. Caso ocorra, a qualquer tempo, a não aceitação do fornecimento, o(a) diretor(a) da Unidade Prisional, comunicará o fato à nutricionista da CONTRATADA, responsável pela UAN, que providenciará a substituição das refeições e/ou lanches, conforme previsto nos subitens 9; 10; 32 e 33 do Item VII – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, do Anexo I do Edital **Pregão Eletrônico nº 46/2019**.

6.5. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

6.6. A CONTRATANTE não arcará com eventuais acréscimos estabelecidos nas Notas Fiscais que não estiverem previstos neste Instrumento.

6.7. A CONTRATADA deverá informar na Nota Fiscal o nome e o número do banco, a Agência e a Conta Corrente para crédito do pagamento, além do nome da Unidade Prisional e o número deste Contrato.

6.8. Em caso de não aprovação da Nota Fiscal por motivo de incorreção, rasura ou imprecisão, a mesma será devolvida à Contratada para a devida regularização, caso em que os prazos referidos no “caput” e na Cláusula Quinta começarão a fluir a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente regularizada.

6.9. Junto à Nota Fiscal, a Contratada deverá apresentar, ainda, as guias de recolhimento GFIP e GPS dos empregados fixos e alocados na execução dos serviços, devidamente quitadas, referentes ao mês anterior ao da emissão da Nota Fiscal.

6.10. Se não forem apresentados os documentos mencionados nesta Cláusula, será suspenso o pagamento até a regularização das pendências, podendo a Contratante instaurar Processo Administrativo que poderá ocasionar a rescisão da avença na hipótese reiterada da falha.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas ou do orçamento a que a contratação se referir.

7.2. Ultrapassado este lapso, o valor poderá ser reajustado, observado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que vier a substituí-lo, realizado mediante apostila.

7.3. A apuração do índice acumulado de reajuste será pelo período de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial deste período o **mês anterior** ao mês da data-limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que a contratação se referir.

7.4. O direito a que se refere o 7.2 desta cláusula deverá ser efetivamente exercido até 30 (trinta) dias antes de completar o prazo previsto no caput, sob pena de preclusão.

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização e o acompanhamento da fiscalização deste Contrato será exercida **pelo(a) Diretor(a) das Unidades: Lote 204 – Presídio de São João Del Rei e Presídio de Resende Costa, ora denominados(as) Gestores (as)**, competindo-lhe anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, bem como determinar as providências